



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SETOR DE PLANEJAMENTO, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SEPLAN/SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Processo nº 08204.002094/2025-33

**ANEXO I – do Termo de Referência**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO**  
**Contratação de Serviços Laboratoriais para Exames Toxicológicos**  
**IN 58/2022-ME**

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O presente Estudo Preliminar tem o objetivo de efetuar a análise de viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência para Contratação de exames toxicológicos de larga janela de detecção, em atendimento às necessidades da Núcleo de Inteligência Policial (NIP/DIREN-ANP/PF) da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia (DIREN-ANP/PF).

**1.2. NORMATIVOS LEGAIS**

- Instrução Normativa 58/2022-ME
- Instrução Normativa 65/2021-ME
- Instrução Normativa 81/2022-ME
- Instrução Normativa 05/2017-MPOG
- Lei 14.133/2021.

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

2.1. Nos termos dos editais dos últimos concursos, os candidatos foram submetidos, durante a primeira etapa, a exame de habilidades e de conhecimentos (prova objetiva e prova discursiva), avaliação psicológica, exame médico, prova de aptidão física e prova de digitação.

2.2. Como parte integrante do citado exame médico, foi solicitada a apresentação de exame laboratorial toxicológico, consistindo na coleta de materiais biológicos (cabelos, pelos ou raspas de unha), para análise, com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias, sendo objeto dos exames, as seguintes substâncias:

- 2.2.1. Maconha;
- 2.2.2. Metabólicos do  $\Delta 9$  THC;
- 2.2.3. Cocaína;
- 2.2.4. Anfetaminas (inclusive metabólicos e derivados);
- 2.2.5. Metanfetaminas, ecstasy e opiáceos.

2.3. A opção pela coleta de cabelos, pelos ou raspas de unhas ocorreu por se tratar de material biológico que preserva por mais tempo os indícios do uso das substâncias acima elencadas.

2.4. No entanto, a coleta do material biológico dos candidatos foi efetuada por laboratórios espalhados pelo território nacional, não sendo possível um controle rigoroso pela Polícia Federal acerca da identidade das pessoas que forneceram material biológico para análise.

2.5. O exame foi custeado pelos próprios candidatos, que puderam optar pelo laboratório de coleta do material.

2.6. Embora a confiança nos laboratórios seja a regra, apenas para citar um fato conhecido, ocorreu, em 2009, uma tentativa de intimidação por parte de um candidato, suposto policial militar do Distrito Federal, contra uma atendente de um laboratório na Capital Federal, para que ela aceitasse que o exame fosse custeado pelo seu plano de saúde, o que não era permitido.

2.7. Fatos como o relatado exigem que a Polícia Federal se mantenha alerta quanto a eventuais falhas no momento da coleta do material biológico, seja por má-fé ou por intimidação dos fornecedores do material.

2.8. Neste sentido, faz-se necessário que a própria Polícia Federal tome as cautelas necessárias para assegurar que os candidatos aos cargos policiais sejam rigorosamente testados no tocante ao uso de substâncias ilícitas. Assim, o mais indicado é que o exame toxicológico seja reaplicado durante a execução do Curso de Formação Profissional

2.9. Conforme a característica do cronograma dos concursos da Polícia Federal, após tomar conhecimento da abertura dos concursos públicos, o candidato tem, em média, mais de 4 (quatro) meses para evitar o uso de substâncias ilícitas, permitindo

que os indícios do uso das mesmas sejam expurgados do corpo, uma vez que a janela de detecção mínima do exame é de 90 (noventa) dias.

2.10. Eventuais candidatos usuários de substância entorpecente puderam se preparar para o exame toxicológico realizado durante a primeira etapa do concurso, evitando o seu uso, impossibilitando que fosse detectada a presença das substâncias em seus corpos.

2.11. Necessário informar que, na Ficha de Informações Confidenciais, um número expressivo, considerando-se tratar de ingresso em uma instituição policial, de candidatos dos últimos concursos consignou que já usaram substâncias entorpecentes

2.12. A coleta de material biológico dos candidatos, dentro da DIREN-ANP/PF, para realização de novo exame toxicológico, sem aviso prévio, além de garantir a cadeia de custódia do exame, terá um maior poder para detectar o uso de substâncias entorpecentes pelos candidatos que acreditam já terem sido suficientemente testados neste aspecto.

2.13. Outrossim, durante as investigações da Operação Tormenta, que apurou a fraude perpetrada contra o concurso regido pelo Edital nº 15/2009-DGP/DPF (Agente de Polícia Federal), foram encontrados indícios de que 1 (um) candidato matriculado no Curso de Formação Profissional era usuário de drogas e poderia estar fazendo uso da substância entorpecente no período em que esteve matriculado na Academia Nacional de Polícia.

2.14. Por todo o exposto, justifica-se a realização de exame toxicológico por empresa contratada pela Polícia Federal em candidatos matriculados nos Cursos de Formação Profissional, especialmente por tratar-se de um concurso para provimento dos cargos policiais, que exigem dos candidatos higidez física e mental, um conjunto de habilidades e atitudes necessárias às suas futuras atribuições e características psicológicas compatíveis com o bom desempenho nos cargos, evitando o inconveniente de empossar um policial usuário das substâncias que, por dever profissional, deverá combater.

#### 2.15. **Declaração de Serviços Comuns**

2.15.1. Os serviços objeto desta contratação, exames toxicológicos, são caracterizados como comuns, uma vez que são encontrados na maioria dos laboratórios de qualquer município de médio porte.

#### 2.16. **Declaração de Atividade de Custeio**

2.16.1. Os serviços a serem contratados são classificados como atividade de custeio na Academia Nacional de Polícia, uma vez que são gastos essenciais para atender a atividade fim da ANP, que é a entrega de alunos formados à Polícia Federal.

#### 2.17. **Justificativa dos Quantitativos**

2.17.1. Considerando a Publicação do Edital nº 1 - DGP/PF, de 20 de maio de 2025, para provimento de vagas nos cargos policiais da Polícia Federal, com previsão de 2 (duas) aplicações de exames antidrogas em cada candidato, no decorrer de todo o concurso público (conforme item 1.5.1 do referido Edital).

2.17.2. Calcula-se a necessidade de aquisição de até 3.000 (três mil) testes toxicológicos de ampla janela de detecção para os próximos Cursos de Formação Profissional em 2026 e possivelmente 2027, caso haja convocação dos cadastro reserva..

#### 2.18. **Justificativa de não reserva de cotas para ME/EPP**

2.18.1. Nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015, a Administração Pública pode reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

2.18.1.1. No presente certame, cujo objeto é a contratação de **3.000 (três mil) exames toxicológicos laboratoriais**, não será aplicada a reserva de cota para ME/EPP, em razão das seguintes justificativas técnicas:

2.18.1.1.1. **Indivisibilidade do objeto:** os exames devem ser realizados de forma homogênea e padronizada, a fim de garantir a rastreabilidade metodológica, a confiabilidade e a uniformidade técnica dos resultados, sendo inviável a divisão do quantitativo entre distintos fornecedores.

2.18.1.1.2. **Risco à isonomia entre candidatos:** a contratação de múltiplos prestadores para execução de um mesmo tipo de exame poderia gerar discrepâncias nos resultados laboratoriais, comprometendo a lisura e a credibilidade do processo seletivo da Academia Nacional de Polícia.

2.18.1.1.3. **Exigência de estrutura especializada:** trata-se de serviço que requer acreditação laboratorial, equipamentos de alta complexidade e logística nacional de coleta, características que restringem a atuação de empresas de pequeno porte, reduzindo a viabilidade prática da reserva.

2.18.2. Dessa forma, **não se aplica a reserva de cota para ME/EPP nesta licitação**, por incompatibilidade técnica com o objeto, nos termos do art. 3º, §1º, inciso II, do Decreto nº 8.538/2015.

2.18.3. Ressalta-se, entretanto, que será assegurado às ME e EPP o tratamento diferenciado previsto em lei, notadamente quanto ao critério de desempate (empate ficto), nos termos do art. 44 e 45 da LC nº 123/2006.

#### 2.19. **Justificativa para licitação via SRP**

2.19.1. Estão previstos 2 cursos de formação de policiais em 2026 na Academia Nacional de Polícia Federal. Com possibilidade de mais 1 ou 2 em 2027. Como a entrega será parcelada a licitação via registro de preços se mostra o meio mais adequado e encontra amparo no Inciso II, artigo 3º do Decreto 11.462/2023.

#### 2.20. **Da não divulgação da IRP e da Vedação de participação a posteriori do SRP**

2.20.1. A Intenção de Registro de Preços (IRP) não será divulgada, tendo em vista que a contratação em questão destina-se exclusivamente à Diretoria de Ensino da Polícia Federal (DIREN-ANP/PF), envolvendo a prestação de serviços de coleta e análise toxicológica voltados ao Curso de Formação Policial (CFP), previsto para ocorrer em janeiro de 2026.

2.20.2. Em razão da natureza específica e direcionada da demanda, bem como da ausência de perspectiva de participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública, justifica-se a dispensa da divulgação da IRP, nos termos do art. 10, § 1º, do Decreto nº 11.462/2023, que excepciona tal exigência quando a contratação se destinar exclusivamente ao órgão gerenciador.

2.20.3. O artigo 86, §2º, da Lei nº 14.133/2021, combinado com o artigo 9º do Decreto nº 11.462/2023, prevê a possibilidade de órgãos ou entidades da Administração Pública que não manifestaram interesse na fase de Intenção de Registro de Preços (IRP) aderirem, posteriormente, à ata de registro de preços, na condição de não participantes. Contudo, o mesmo dispositivo faculta ao órgão gerenciador avaliar e deliberar sobre a conveniência e oportunidade da adesão.

2.20.4. Com base no Decreto nº 11.462/2023, a adesão é possível durante a vigência da ata, mas pressupõe que a ata tenha sido estruturada para permitir adesões, com quantitativos estimados e divulgação da IRP.

2.20.5. Se não houve IRP e o edital não previu adesões, não há base legal para carona, pois não existe saldo planejado para outros órgãos, bem como a ausência de IRP indica que o órgão gerenciador assumiu ser o único contratante. Permitir adesão nessas condições pode ser interpretado como burla ao dever de planejamento e ao princípio da publicidade.

2.20.6. Importante destacar, que a autorização de adesões posteriores implicaria aumento significativo das obrigações de fiscalização, acompanhamento de entregas, controle de prazos e eventuais tratativas com fornecedores, o que poderia comprometer a eficiência, a economicidade e a governança do processo.

2.20.7. Dessa forma, visando garantir a boa administração, o atendimento prioritário às necessidades da ANP/PF e a preservação da adequada gestão da ata, não serão admitida a utilização da referida Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.

### 3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. Núcleo de Inteligência Policial (NIP/DIREN-ANP/PF).

### 4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. O laboratório deve registrar e padronizar todos os passos relativos à análise do cabelo, desde a coleta até a liberação do resultado final, possibilitando fácil rastreamento.

4.1.1. A empresa responsável pela realização dos exames deve ser a mesma que fará a coleta do material biológico dos candidatos dentro da DIREN-ANP/PF, não sendo permitida a subcontratação de outra empresa para esta finalidade.

4.1.2. Os exames DEVEM ser retidos pela empresa para fins de contraprova por, no mínimo, 5 (cinco) anos, independente do resultado (negativo ou positivo).

4.1.3. Os procedimentos realizados pela empresa contratada serão supervisionados e acompanhados pelo Grupo de Toxicologia do Serviço de Perícias de Laboratório (SEPLAB) da Polícia Federal, principalmente durante a coleta das amostras.

4.1.4. Os pelos DEVEM sempre ser submetidos à lavagem, previamente às análises. Primeiro, para remover materiais da superfície do cabelo, como células mortas, suor, sebo e resíduos de produtos, que podem interferir nos exames e reduzir a recuperação extrativa. Segundo, para remover potencial contaminação externa de drogas advindas do ambiente e aderidas às fibras capilares- uma das principais limitações das análises em pelos.

4.1.5. Os procedimentos de lavagem devem eliminar completamente a contaminação EXTERNA, visando evitar falsos positivos, sem remover as drogas incorporadas pelo cabelo por via capilar, as quais serão detectadas, quantificadas e relacionadas à dose administrada pelo usuário.

4.1.6. O laboratório DEVE incluir em suas técnicas de lavagem solventes orgânicos e soluções aquosas, e ter procedimentos para investigar o quanto das substâncias é removida nas lavagens empregadas, segundo *Society of Hair Testing* (SoHT).

#### Técnicas de screening:

4.2. Métodos imunológicos e cromatográficos são aceitos para a realização de triagem, sendo que os mais utilizados são os imunoensaios radioimunoensaio (RIA) e enzaimunoensaio (ELISA). Desde que tenham sensibilidade suficiente para detectar baixos níveis das drogas presentes no cabelo (ver tabela 1), garantindo também que a matriz do pelo não interfira no exame, qualquer uma dessas técnicas é cientificamente aceita.

4.3. Todo screening de imunoensaio presumivelmente positivo DEVE ser confirmado por técnicas confirmatórias.

#### Técnicas confirmatórias:

4.4. A confirmação DEVE ocorrer por métodos cromatográficos (cromatografia gasosa, GC, ou cromatografia líquida, LC) acoplados à espectrometria de massa em tandem, isto é: **GC-MS-MS** ou **LC-MS-MS**.

4.5. Dependendo do método de extração utilizado, algumas substâncias podem ser detectadas em baixos níveis utilizando GC-MS, isto é, cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massa, mas a fim de garantir metodologia mais sensível e fidedigna, emprega-se a espectrometria em tandem (MS-MS).

#### Detecção de metabólitos:

4.6. É IMPRESCINDÍVEL, a análise de THC-COOH para estabelecer um consumo de Cannabis.

4.7. Os metabólitos de outras drogas, como cocaína, heroína, e anfetaminas DEVEM também ser pesquisados, aumentando as chances de identificação, evitando resultados falsos-negativos e diferenciando usos.

#### **Limites de detecção:**

4.8. A SoHT recomenda os valores de cutoffs para algumas substâncias e metabólitos em cabelo. Os laboratórios DEVEM possuir metodologias que atendam a tais limites de detecção, visando evitar resultados falsos negativos.

#### **Escritório**

4.9. A contratada deverá possuir ou instalar escritório **em Brasília/DF ou na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF)**, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, pelas razões abaixo:

4.9.1. Justificativa técnica e jurídica para exigência de escritório local no município da prestação dos serviços:

4.9.1.1. Nos contratos administrativos que envolvem a contratação de serviços, é legítima a exigência, no edital ou aviso de dispensa eletrônica, de que a empresa contratada mantenha escritório ou unidade administrativa na cidade onde os serviços serão executados, desde que tal exigência esteja tecnicamente motivada e proporcional ao objeto contratado, conforme preceituam os princípios da razoabilidade, eficiência e continuidade do serviço público.

4.9.1.1.1. A exigência de estrutura física no local da prestação visa assegurar:

4.9.1.1.2. Para melhor gerenciamento da mão de obra a ser contratada, levando em consideração as especificidades exigidas pelo Órgão contratante.

4.9.1.1.3. Atendimento célere a eventuais demandas, substituições de pessoal, faltas ou ocorrências emergenciais, o que é essencial à continuidade dos serviços, especialmente em atividades críticas ou contínuas;

4.9.1.1.4. Redução de riscos contratuais, dado que a ausência de estrutura física próxima pode gerar atrasos, falhas de comunicação e desassistência operacional;

4.9.1.1.5. Facilidade de interlocução entre a Contratada e a Contratante, promovendo maior eficiência na gestão do contrato;

4.9.1.1.6. Adoção de medidas de saúde e segurança do trabalho, como treinamentos presenciais, controle de EPIs e acompanhamento de condições laborais, cuja eficácia está diretamente ligada à presença local da contratada.

4.9.1.1.7. Essa exigência encontra respaldo, inclusive, na jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

Conforme o Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário/TCU, é admissível a exigência de escritório local, desde que devidamente justificada em razão das peculiaridades do serviço:

*“É possível a exigência de sede ou filial na localidade da prestação dos serviços, desde que devidamente motivada no processo licitatório, considerando a necessidade de atendimento emergencial, substituição de empregados, controle e supervisão eficaz, entre outros fatores.”*

4.9.2. Importante destacar que não se exige que a empresa já possua escritório local no momento da licitação, sendo suficiente que ela se comprometa a instalá-lo em prazo razoável após a contratação, hipótese amplamente aceita pela jurisprudência e doutrina administrativa, mitigando qualquer risco de restrição indevida à competitividade.

4.9.3. Dessa forma, a exigência de escritório na localidade da prestação dos serviços, desde que fundamentada tecnicamente e prevista em edital ou aviso de dispensa eletrônica, não viola os princípios da isonomia ou da ampla competitividade (art. 5º, I e XXI, da CF/88 e art. 37, XXI, da CF/88), e encontra amparo no art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021, ao prever a necessidade de estrutura compatível para execução contratual.

4.9.4. A fixação de escritório na cidade onde ocorrerá a prestação dos serviços é juridicamente válida e tecnicamente justificável, desde que:

4.9.5. Esteja expressamente prevista no edital;

4.9.6. Seja acompanhada da devida motivação no processo licitatório;

4.9.7. Permita que o escritório seja instalado após a assinatura do contrato, dentro de prazo razoável.

4.9.8. Tal medida visa assegurar a eficiência, a qualidade, a continuidade e a boa gestão do contrato administrativo, em conformidade com os princípios e regras da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

## **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. A presente intenção é a contratação de exames médicos toxicológicos de alunos dos cursos de preparação policial da Academia Nacional de Polícia Federal. Trata-se de serviços onde a PF contrata um laboratório para a coleta, análise e apresentação de laudo das amostras colhidas dos alunos. É serviço comum de mercado. A outra opção para a solução seria a própria PF fazer a coleta, análise e elaboração de laudo. Entretanto essa não é a atividade finalística da Polícia Federal. Tampouco a PF dispõe de aparato suficiente para tal, como equipamentos e profissionais. Dessa forma, a única solução viável é a terceirização do serviço para um laboratório especializado.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

6.1. Proceder à aplicação de exames toxicológicos nos candidatos aos cargos policiais, durante a realização do Curso de Formação Profissional 2026, na Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia, em Brasília/DF, para detectar eventual uso das substâncias maconha, metabólicos do  $\Delta$  9 THC, cocaína, anfetaminas (inclusive metabólicos e derivados), por meio de coleta de cabelos (pelos), com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias.

6.2. Endereço para a realização dos exames (coleta de pelo/cabelo): Diretoria de Ensino da Academia Nacional de

- 6.3. O início da execução deverá ocorrer com a comunicação da demandante à empresa contratada, por meio de correio eletrônico, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, devendo constar a data/período, local e quantitativo de coletas a serem realizadas para o adequado planejamento da realização dos exames pelo contratado.
- 6.4. Os testes serão realizados de forma única nos candidatos matriculados no Curso de Formação Profissional. São previstos até 3.000 (três mil) testes, podendo sofrer alteração em razão de desistências e matrícula de candidatos por decisão judicial, no mencionado curso.
- 6.5. Poderá ser necessária a repetição de testes durante um mesmo Curso de Formação Profissional. Caso necessário, novos testes serão demandados à empresa contratada, com antecedência mínima de 7 (sete) dias.
- 6.6. O laboratório deverá dirigir-se à DIREN-ANP/PF e, em período integral (diurno e noturno), coletar o material de todas os candidatos no prazo máximo de até 2 (duas) semanas, observando-se a capacidade de realizar até 70 (noventa) coletas/dia.
- 6.7. O horário será de 7h às 20h, de 2ª a 6ª, podendo ser estendido para sábados, domingos e feriados, de acordo com a necessidade.
- 6.8. Serão disponibilizadas salas adequadas na DIREN-ANP/PF para a coleta do material biológico dos candidatos;
- 6.9. A contratada deverá levar consigo todos os insumos necessários para coleta de pelo/cabelo dos candidatos, identificação e individualização das amostras e ainda o transporte seguro e adequado que preserve a fidelidade e qualidade das amostras para que garanta o resultado.
- 6.10. Deverá, ainda, a Contratada, possuir registro para atendimento ambulatorial e ainda trazer os materiais de coleta dos resíduos e rejeitos para que seja realizado o descarte, às suas expensas, em local adequado seguindo as normas da ANVISA e demais órgãos de controle inclusive ambientais.
- 6.11. A empresa deverá realizar a coleta do material de forma a atentar-se para que todos os critérios preestabelecidos sejam cumpridos, inclusive com o controle de assinaturas nos envelopes que serão devidamente lacrados, devendo constar as assinaturas do responsável pela coleta (empresa contratada), do candidato e das testemunhas;
- 6.12. A empresa responsável pela realização dos exames deverá ser a mesma que fará a coleta do material biológico dos candidatos e que disponibilizará os resultados dos exames, não sendo permitida a subcontratação, nem a possibilidade de empresas concorrerem em consórcio.
- 6.13. Os exames serão realizados, sob demanda, e somente serão pagos em caso de efetiva prestação do serviço.

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 580.350,00 (quinhentos e oitenta mil trezentos e cinquenta reais)** por 3.000 exames toxicológicos.

### MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS PELA MÉDIA - PARÂMETRO II, Art. 5º, IN 65/2021-ME

| Item | Especificação  | Cotação                                  | Parâmetros | Empresas                                   | Valor unit | Média |
|------|--|--|------------|--|------------|-------|
|      | NAV BRASIL<br>SERVICOS DE<br>NAVEGACAO<br>AEREA S.A. -<br>NAV BRASIL /<br>928680 - NAV<br>BRASIL<br>SERVIÇOS DE<br>NAVEGACÃO<br>AEREA S.A. | Portal Nacional de Contratações Públicas |            | SESSMA<br>SOLUCOES E<br>BENEFICIOS<br>LTDA | R\$ 180,00 |       |
|      | ASSOCIACAO<br>SULINA DE<br>CREDITO E<br>ASSISTENCIA<br>RURAL / 126220<br>- ASSOCIAÇÃO<br>SULINA DE<br>CRÉDITO E<br>ASSISTÊNCIA<br>RURAL    | Portal Nacional de Contratações Públicas |            | PREVEN MED<br>SAUDE<br>OCUPACIONAL<br>LTDA | R\$ 230,00 |       |
|      | MUNICIPIO DE<br>VALE DO SOL /<br>0000 -<br>PREFEITURA<br>MUNICIPAL   | Portal Nacional de Contratações Públicas |            | S MEERT E CIA.<br>LTDA                     | R\$ 180,00 |       |

|   |                    |  |  |   |            |            |
|---|--------------------|--|--|---|------------|------------|
| 1 | TESTE TOXICOLÓGICO | SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO / 495 - Unidade Única                                | Portal Nacional de Contratações Públicas | CLINICA POPULAR MED LIFE LTDA                                 | R\$ 195,00 | R\$ 193,45 |
|   |                    | MUNICIPIO DE RIO PARDO DE MINAS / 001 - MUNICIPIO DE RIO PARDO DE MINAS                | Portal Nacional de Contratações Públicas | CLÍNICA TERAPÊUTICA FÊNIX LTDA                                | R\$ 180,00 |            |
|   |                    | MUNICIPIO DE PORANGABA / 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGABA - SP                    | Portal Nacional de Contratações Públicas | BIOCENTER LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA.              | R\$ 180,00 |            |
|   |                    | MUNICIPIO DE GUAPORE / 0000 - PREFEITURA MUNICIPAL                                     | Portal Nacional de Contratações Públicas | LABORATORIO POSSAMAI TALAMINI LTDA                            | R\$ 215,00 |            |
|   |                    | MUNICIPIO DE SAO MATEUS DO SUL / 987887 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MATEUS DO SUL-PR | Portal Nacional de Contratações Públicas | PICCININ CLINICAS INTEGRADAS LTDA                             | R\$ 188,00 |            |
|   |                    | MUNICIPIO DE RIO PARDO DE MINAS / 001 - MUNICIPIO DE RIO PARDO DE MINAS                | Portal Nacional de Contratações Públicas | CLÍNICA TERAPÊUTICA FÊNIX LTDA                                | R\$ 180,00 |            |
|   |                    | COMANDO DA AERONAUTICA   | Portal Nacional de Contratações Públicas | CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES BANDEIRANTES AFOGADENSE LTDA | R\$ 200,00 |            |
|   |                    | MUNICIPIO DE CONCEICAO DOS OUROS   | Portal Nacional de Contratações Públicas | CARLOS DE ALMEIDA BARROS NETO - CLINICA DE RE                 | R\$ 200,00 |            |
|   |                    | Quantidade Estimada de Exames  |  |   |            |            |

7.2. Conforme consulta em 11 (onze) contratações públicas recentes, atendendo ao parâmetro II, do artio 5º da IN 65/2021-ME, o preço médio por exame foi de R\$ 193,45 (cento e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos).

*II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente. (Art. 5º, IN 65/2021-ME).*

7.3. Considerando o prazo transcorrido desde a última contratação desse tipo de exame, que foi em maio de 2023, e cujo valor unitário estimado foi de R\$ 156,57, e considerando a pesquisa realizada em 11 contratações recentes, conforme tabela acima, entendemos que o preço unitário estimado em R\$ 193,45 está perfeitamente adequado ao praticado no mercado atualmente.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. Na aplicação do princípio do parcelamento conforme incisos I e II, §1º do art. 47 da Lei nº 14.133, de 2021, deverão ser considerados a responsabilidade técnica e o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens.

8.2. Para atingir a finalidade administrativa almejada, não se faz necessário parcelar a solução pois, na presente demanda, não é vislumbrada motivações para a adoção do parcelamento do objeto, haja vista se tratar de contratação em que uma

única empresa pode prestar os serviços em questão conforme demonstrado da pesquisa de mercado.

8.3. Além disso, em virtude das suas características e obrigatórias interações, impossibilita a atribuição à diferentes contratadas, responsabilização por eventuais danos ou defeito de execução, sendo antieconômico por elevado custo de mobilização de diferentes empresas para executar parcelas individuais e distintas dos serviços, evitando prejuízos de eventuais falhas na execução.

8.4. O gerenciamento integrado dos serviços em estudo garante ao contratante celeridade, harmonia para revisão dos atos e, principalmente, reduz gastos com a gerencia de vários contratos para uma mesma finalidade. Portanto e neste caso, também se mostra economicamente viável licitar o objeto de forma agrupada.

## 9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

9.1. No escopo da presente demanda, não se identifica a necessidade de outras contratações com empresas distintas para o alcance da finalidade pretendida. Além disso, não se verificam contratações correlatas ou interdependentes que influenciem a viabilidade desta contratação.

## 10. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

10.1. A aquisição pretendida está alinhada às diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico da Polícia Federal 2024-2027, contribuindo para o cumprimento dos objetivos institucionais e das ações estratégicas, fortalecendo a atuação da instituição com base em princípios de estratégia e governança, conforme KR2: Mapear, padronizar e consolidar o conhecimento de 80% dos processos de administração e logística em âmbito nacional - DLOG (SEI nº 141826444).

10.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- Id PCA no PNCP: **00394494000136-0-000008/2025;**
- Data de publicação no PNCP: **30/04/2024;**
- Id do item no PCA: **307;**
- Classe/Grupo: **835 - Serviços Científicos e Outros Serviços Técnicos;**
- Identificador da Futura Contratação: **200340-308/2025.**

## 11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Proceder à aplicação de exames toxicológicos nos candidatos aos cargos policiais, durante a realização dos Cursos de Formação Profissional, na Academia Nacional de Polícia, em Brasília, para detectar eventual uso das substâncias maconha, metabólicos do  $\Delta$  9 THC, cocaína, anfetaminas (inclusive metabólicos e derivados), por meio de coleta de cabelos (pelos), com janela de detecção mínima de 90 (noventa) dias.

11.2. A contratação se dará por meio de pregão eletrônico por menor preço. O pregão eletrônico permite a Administração estabelecer critérios de sustentabilidade, com menos riscos da licitação restar fracassada ou deserta, pois é o processo que amplia a participação e concorrência, possibilitando preços mais vantajosos.

11.3. Os resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis são os seguintes:

11.3.1. Assegurar o fornecimento para atendimento das atividades de ensino e formação.

11.3.2. Que haja um melhor aproveitamento dos recursos humanos da Polícia Federal, fornecendo aos setores meios materiais para que possam desenvolver suas atividades meio e fim.

11.3.3. Com a presente contratação a instituição almeja, ainda, alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais, e financeiros disponíveis, inclusive do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, os seguintes benefícios:

11.3.3.1. Economia no valor da contratação em função do ganho de escala da compra centralizada;

11.3.3.2. Eficiência com a redução do custo administrativo em função da redução da fragmentação de processos licitatórios;

11.3.3.3. Aumento na eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na execução das atividades administrativas;

11.3.3.4. Maximização dos resultados da governança administrativa.

11.4. Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão.

## 12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

- Definições dos servidores que farão parte da equipe de recebimento dos equipamentos
- Definição da equipe de fiscalização e gestão contratual;

- Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação;

12.2. Não haverá necessidade de adequação do ambiente laboral.

### 13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Trata-se de serviço que será executado em laboratórios fora das unidades da PF.

13.2. Cabe à contratada conscientizar seus empregados quanto às boas práticas ambientalmente sustentáveis, como:

13.2.1. Adequado acondicionamento ou descarte dos resíduos recicláveis;

13.2.2. Racionalização do consumo de energia (especialmente elétrica) e adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;

13.2.3. Redução de produção de resíduos sólidos.

13.3. Ressalta-se que o Plano de Logística Sustentável da Polícia Federal encontra-se em fase de elaboração; contudo, não há prejuízo ao projeto de sustentabilidade ambiental, considerando que, para a contratação em questão, todos os esforços serão alinhados às normas de sustentabilidade, conforme descrito no item anterior.

### 14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Lei 14.133/2021, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da aquisição.

14.2. O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, uma vez que estão abaixo dos limites máximos estabelecidos, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

14.3. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a aquisição proposta.

14.4. **As informações contidas neste Estudo Preliminar não são classificadas como sigilosas.**



Documento assinado eletronicamente por **DANILO LOPES DE CARVALHO**, **Agente Administrativo(a)**, em 04/11/2025, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIEZER GENTIL DE SOUZA**, **Agente Administrativo(a)**, em 04/11/2025, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=143338107&crc=CB6822E7](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=143338107&crc=CB6822E7).  
Código verificador: **143338107** e Código CRC: **CB6822E7**.